

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.738 - RJ (2019/0008070-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA**
ADVOGADOS : **MARCELO APARECIDO BATISTA SEBA - RJ160941**
THALISSON DE ALBUQUERQUE CAMPOS E OUTRO(S) - RJ179788
AGRAVADO : **JAMES TAYLOR DOS SANTOS PEREIRA**
ADVOGADOS : **ERICA ENTRAGO CHICA E OUTRO(S) - RJ114030**
CHARLES DAVID DE AQUINO - RJ123923

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA contra r. decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de v. acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado (fls. 552-553):

“DIREITO DO CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. UNIVERSIDADE PRIVADA. CURSO SUPERIOR INADEQUADO. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA, DA TRANSPARÊNCIA E DA COOPERAÇÃO.

Ação proposta por consumidor em face de entidade mantenedora de universidade, na qual o autor completou o curso de Educação Física, surpreendendo-se, depois de formado, com restrições ao exercício profissional porque apenas licenciado e não bacharel. Pedido de condenação de a ré repetir em dobro o que, na mesma instituição, teve de despendar em novo curso, isto é, o de bacharelado, bem assim de cominação de a demandada indenizar dano moral. Tese defensiva centrada em que a distinção entre bacharel e licenciado foi intercorrentemente disposta em resolução do Conselho Federal de Educação Física, a qual é de manifesta inconstitucionalidade; e na inexistência de dano moral. Sentença de procedência, a arbitrar em R\$ 10.000,00 a reparação do dano extrapatrimonial. Apelo a buscar a declaração incidental do vício e a reversão do julgado, com decreto de improcedência, ou a redução da verba indenizatória de dano moral. 1. A suposta inconstitucionalidade do ato normativo do CONFEF não autorizava mantenedora da universidade a simplesmente ignorá-lo; ao contrário, o dever de informação e os princípios da transparência, da boa-fé objetiva e da cooperação, que devem presidir as relações de consumo, lhe impunham informar os discentes, tanto das restrições, quanto de sua opinião a respeito. 2. O silêncio, ao contrário, caracteriza defeito do serviço, o que impõe a seu prestador o dever de indenizar os danos causados, independentemente de culpa. 3. Em razão disso, descabe a declaração incidental de inconstitucionalidade. 4. Entre os danos estão, no caso concreto, o dispêndio do consumidor com novo curso superior, desta feita adequado, e o evidente dano moral, que é in re ipsa. 5. A verba indenizatória de dano moral arbitrada em primeiro grau de jurisdição deve ser mantida, se a parte inconformada não demonstra ser teratológica, contrária à prova dos autos ou antijurídica. 6. Recurso ao qual se negar provimento.”

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 585-589).

Nas razões do recurso especial (art. 105, III, alínea "a", da CF/88), apontou a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1022, II do CPC/15, art. 62, da Lei 9.394/96, art. 1º, 2º e 3º da Lei 9696/98, art. 14, §3º, II, do Código de Defesa do Consumidor - CDC, art. 884 e 944 do Código Civil Brasileiro – CCB.

Contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas às fls. 675-695.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 699-710).

Contra aludida decisão, o recorrente interpõe o agravo (fls. 830-846).

Contraminuta de agravo foi protocolizada às fls. 852-866.

É o relatório.

DECIDO.

2. Compulsando os autos, observa-se que a parte agravante sustentou em seu recurso especial haver carência de fundamentação, erro e omissão acerca de questões jurídicas relevantes para sua pretensão, o que não foi corrigido por embargos de declaração opostos contra o v. acórdão recorrido, especificamente quanto aos seguintes pontos: (i) não se pronunciou o Tribunal de origem quanto à violação ao art. 14, §3º, do CDC, art. 62, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e ainda sobre os art. 1º, 2º e 3º, da Lei 9.696/98 e art. 884, 944 do CCB; (ii) a instituição não cometeu qualquer ato ilícito, porque cumpriu as determinações legais e as do Ministério da Educação; (iii) seja cursando licenciatura ou bacharelado, o profissional deveria ter sido acesso a registro no CREF sem restrição; (iv) o ato ilegal, na verdade, foi cometido pelo CREF do Estado do Rio de Janeiro; (v) haverá enriquecimento sem causa se a condenação à indenização por perdas e danos for mantida, danos morais fixados em R\$10.000,00 e danos materiais fixados em R\$4.495,08; (vi) não houve defeito na prestação do serviço.

No entanto, sobre os temas, o v. acórdão recorrido registrou expressamente (fls. 555-557):

“Não merecem amparo as alegações de inconstitucionalidade das Resoluções emanadas pelo CONFEF, que faz distinção entre o bacharel e o licenciado em Educação Física e autorizam os Conselhos Regionais de Educação Física – CREF a informar, nas carteiras funcionais dos profissionais, se eles se enquadram nesta ou naquela situação. Se esses atos padecem de vício de tal magnitude, tal fato não tem o condão de desobrigar a apelante, prestadora de cursos próprios desse campo do conhecimento, de informar seus consumidores acerca da normatividade. A suposta inconstitucionalidade não autoriza a ré a não cumprir o ato que reputa inconstitucional, sendo certo que não terá efeito vinculante eventual conclusão nesse sentido, a que venha chegar o Conselho Nacional de Educação em pareceres. Em se tratando, como se trata, de relação de consumo, o dever de informação onera todo e qualquer prestador de bens e serviços. Em sendo assim, em atenção ao dever de informação e aos princípios da transparência, da boa-fé objetiva e da

cooperação, que devem presidir as relações de consumo, tinha a ré o dever de informar aos consumidores interessados em frequentar o curso de licenciatura que, primeiro, o Conselho Federal de Educação Física, faz a aludida distinção, a qual tem reflexos no mercado de trabalho - aliás, deveria indicá-los; e, segundo, que ela, fornecedora do curso, entende que isso é inconstitucional. Assim é que o consumidor tem direito básico à informação clara, precisa e objetiva (Lei 8.078/90, art. 6.º, III). Muito embora as leis trazidas pela apelada não restrinjam a profissão do apelado, ela estava ciente que a Resolução 94/05 inviabilizaria o exercício da profissão na forma que era esperada na época da matrícula. Cabia à instituição de ensino prestar os devidos esclarecimentos aos discentes quanto à necessidade de alteração da grade curricular. Competia à apelante provar que cumprira esse dever. Mas, não o tendo feito, não elidiu o fato constitutivo do direito do apelado, ônus que lhe incumbia na forma do art. 333, II, do CPC/73, sob cuja disciplina a demanda foi proposta, processada e julgada. Houve falha na prestação do serviço, uma vez que após o advento da Resolução 94/05, o serviço da apelada - em razão de sua omissão - não mais se coadunou com as indicações constantes da oferta na época da matrícula, configurando verdadeiro fato do serviço (art. 14, § 1º, inciso I do CDC). Por isso, descabe a declaração incidental de inconstitucionalidade. Frise-se que todo aquele que se dispõe a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder por eventual dano causado ao consumidor, independentemente de ter agido com culpa, e é notório que o autor sofreu diversos prejuízos em razão das restrições impostas à sua atuação profissional. Em razão da teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo do fornecimento de bens e serviços tem o dever de responder pelos fatos e vícios decorrentes do empreendimento, independentemente de culpa. O serviço foi inegavelmente defeituoso, o que dá vigência ao art. 14, caput, do CDC. No que tange ao custeio do curso de bacharelado, incorreta foi a determinação de repetição do indébito, eis que o apelado necessitou efetuar o dispêndio somente porque a apelante deixou de cumprir com sua obrigação de complementação do curso para que ao final da graduação, o exercício da profissão fosse compatível com o ofertado na época da matrícula. O dano moral é inconteste e in re ipsa. **Por falta de informação adequada, o apelado foi levado a crer que, ao concluir o curso, poderia atuar em todos os ramos da Educação Física. Ficou limitado, contudo, à área de educação básica, necessitando inclusive arcar com as despesas do curso de bacharelado que durou cerca de um ano. Tamanha frustração ultrapassa – e muito – a esfera do mero aborrecimento, afrontando a dignidade do apelado.** Para reparar o dano extrapatrimonial, o arbitramento da indenização deve atender a circunstâncias por demais conhecidas – a intensidade do dano, o tempo de sua duração, a conduta do causador, as condições pessoais das partes. Nada indica que a sentença se tenha afastado desses parâmetros. A apelante não o demonstrou. Nesse passo, prevalece o entendimento jurisprudencial dominante nesta corte, sintetizado no Enunciado 116 (Aviso TJ 55/12): A verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação.” (g n).

De tal modo, não há fundamento para a alegação de nulidade por negativa de prestação jurisdicional. Afinal, os vícios a que se referem os arts. 489 e 1.022 do CPC/15 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos formulados pelas partes, os quais podem ser ilididos por outros elementos que se revelaram prevalecentes no entendimento do Juízo.

A propósito, na parte que interessa:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE SOBREPARTILHA. ALEGAÇÃO, NAS RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL, DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458, II E 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. [...]

1. Não há que se falar em nulidade do acórdão por omissão, se este examinou e decidiu os pontos relevantes e controvertidos da lide e apresentou os fundamentos nos quais sustentou as conclusões assumidas.

[...]

(AgRg no AREsp 37.045/GO, QUARTA TURMA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 5/3/2013, DJe 12/3/2013) [g.n.].

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. 2. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO. *PERICULUM IN MORA* NÃO CONFIGURADO. MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS EVIDENCIADA PELA APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Havendo a apreciação pelo Tribunal de origem de todas as matérias suscitadas pelas partes, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015.

2. Para modificar a conclusão do acórdão recorrido, que manteve o indeferimento do pedido de arresto cautelar dos bens dos recorridos em razão da ausência de comprovação do *periculum in mora*, seria imprescindível o reexame de todo o conjunto fático-probatório dos autos, procedimento inviável na via do especial (Súmula 7/STJ).

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame do recurso especial em relação ao dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão recorrido, tendo em vista a situação fática de cada caso concreto.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1043856/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017) [g.n.].

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. ALEGAÇÃO DE APOSSAMENTO

ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. DIREITO DE CULTO AOS MORTOS. VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUTONOMIA DA PESSOA JURÍDICA. DISTINÇÃO DA PESSOA DOS SÓCIOS. INTRANSMISSIBILIDADE DO DIREITO. CARÊNCIA DE LEGITIMIDADE PARA A CAUSA.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A regra que veda o comportamento contraditório ("venire contra factum proprio") aplica-se a todos os sujeitos processuais, inclusive os imparciais. Não é aceitável o indeferimento de instrução probatória e sucessivamente a rejeição da pretensão por falta de prova.

3. A pessoa jurídica não tem legitimidade para demandar a pretensão de reparação por danos morais decorrentes de aventada ofensa ao direito de culto aos antepassados e de respeito ao sentimento religioso em favor dos seus sócios.

4. Trata-se de direito da personalidade e, portanto, intransmissível, daí por que incabível a dedução em nome próprio de pretensão reparatória de danos morais alheios.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1649296/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 14/09/2017) [g.n.].

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017) [g.n.].

AGRAVO INTERNO. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DO

CPC/2015. AÇÃO DE COBRANÇA. DEPÓSITO JUDICIAL. ATUALIZAÇÃO PELO SALÁRIO MÍNIMO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. Considera-se improcedente a arguição de ofensa ao art. 1.022, I, do CPC/2.015 quando o decisum se pronuncia, de forma motivada e suficiente, sobre os pontos relevantes e necessários ao deslinde da controvérsia.

2. A contradição que autoriza a oposição dos embargos é aquela interna ao julgado, existente entre a fundamentação e a conclusão.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 187.905/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016) [g.n.].

Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**, DJ de 12.12.1994). Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJ de 16.5.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro **JOSÉ DELGADO**, DJ de 2.5.2005.

Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 INEXISTENTE. DECISÃO FUNDAMENTADA EM PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ENTENDIMENTO CONTRÁRIO AO INTERESSE PARTE.

1. Ao contrário do que aduzem os agravantes, a decisão objurgada é clara ao consignar que a jurisprudência do STJ é remansosa no sentido de que o décimo terceiro salário (gratificação natalina) reveste-se de caráter remuneratório, o que legitima a incidência de contribuição previdenciária sobre tal rubrica, seja ela paga integralmente ou proporcionalmente.

2. O fato de o aviso prévio indenizado configurar verba reparatória não afasta o caráter remuneratório do décimo terceiro incidente sobre tal rubrica, pois são parcelas autônomas e de natureza jurídica totalmente diversas, autorizando a incidência da contribuição previdenciária sobre esta e afastando a incidência sobre aquela. Inúmeros precedentes.

3. Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada.

Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1584831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 21/06/2016) [g.n.].

Dessa forma, ante a ausência de vício no acórdão impugnado, não se

vislumbra a omissão ou erro ou a carência na fundamentação veiculada no apelo nobre, apta a ensejar o reconhecimento de violação ao art. 1.022, inc. II, do CPC/15.

3. Ademais, as razões de recurso especial passaram à margem da principal fundamentação contida no v. acórdão de origem: de que a instituição educacional ora agravante falhou no dever de informar o contratante, educando, ora agravado, acerca do quadro legal e regulatório do curso de licenciatura em Educação Física que ofereceu e suas diferenças para o curso de bacharelado. Nos termos do v. acórdão recorrido, o cenário ocasionou limitações no mercado de trabalho, de tempo dispendido para que o aluno atingisse a formação de nível superior que pretendia e ainda de cunho financeiro.

Portanto, verifico que o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a ora agravante não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”.

4. Ademais, invocou a ora agravante suposta violação a uma série de dispositivos legais relativos às normas de regulação do setor de educação, sem, contudo, demonstrar de que modo o v. acórdão recorrido teria infringido aludidos dispositivos.

Nesse sentido, a alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional.

Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284-STF.

5. Não se olvide que as conclusões do v. acórdão recorrido sobre a formação de prova suficiente para se concluir sobre haver conduta, dano, nexo causal, aptos a motivar a fixação de indenização para danos materiais e morais experimentados pelos agravados não são sindicáveis pela via do recurso especial

Afinal, para desconstituir a convicção formada pelo Tribunal de origem far-se-ia necessário incursionar no substrato fático-probatório, promover nova interpretação de cláusulas contratuais, o que é defeso a este Tribunal nesta instância especial em face dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

6. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

